



ACÓRDÃO Nº 648/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1940/2016.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Fundação Amazonas Sustentável – FAS.
- 4- **Advogado:** Miguel Barrella Filho - OAB/AM 1622.
- 5- **Procurador oficiante do processo:** Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 6- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Determinação.
Retorno dos Autos ao Relator.*

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os presentes Embargos de Declaração, com pedido de efeitos Infringentes, opostos pelo **Sr. Miguel Barrella Filho – OAB/AM 1622**, na qualidade de representante processual do **Sr. Virgílio Mauricio Viana**, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável – FAS;
- 7.2. **Negar Provimento** ao presentes Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Virgílio Mauricio Viana**, tendo em vista que não há omissão, contradição obscuridade ou erro material no Acórdão nº 396/2019-TCE-Tribunal Pleno, bem como diante da impossibilidade de reanálise do mérito da decisão combatida em sede de embargos, nos termos dos arts. 59, III, 63 e 64, da Lei Estadual n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM), c/c o art. 11, III, “f”, 1, e arts. 148, 149, § 3º e 150, todos da Resolução TCE n. 04/2002.
- 7.3. **Determinar à SEPLENO** que officie à Embargante sobre o teor da Decisão, acompanhando Relatório e Voto para conhecimento;



ACÓRDÃO Nº 648/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 7.4. Determinar** o retorno do feito ao eminente Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva**, Relator da prestação de contas da FAS, para prosseguimento do feito.

8- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 23 de Julho de 2019

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral